

## Memórias e documentos do povo Guarani Paranaense na construção da Itaipu<sup>1</sup>

*Memorias y documentos de los paranaenses guaraníes en la construcción  
de Itaipú*

*Memories and documents of the Guarani Paranaense people in the  
construction of Itaipu*

Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo<sup>2</sup>

Clovis Antonio Brighenti<sup>3</sup>

### Resumo

O povo Guarani Paranaense (ocupantes das duas margens do rio Paraná entre o estado do Paraná (BR) e Alto Paraná/Canindeyu – PY) ao longo da década de 1970, no ápice da construção da Usina hidrelétrica Itaipu Binacional localizada em Foz do Iguaçu no Paraná e Hernandarias Paraguai, passou a produzir uma série de documentos endereçados a Itaipu, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e órgãos internacionais exigindo os direitos territoriais. Os documentos dos Guarani na margem direita do referido rio foram produzidos quase duas décadas após o fechamento das comportas, também endereçados a Itaipu e ao Instituto Nacional del Indio (INDI). Através da análise dos referidos documentos e dos registros da memória do povo Guarani desejamos estabelecer uma conexão entre as demandas apresentadas e o cumprimento das mesmas, saber em que medida essa memória está atualizada e como os direitos territoriais foram garantidos ao longo dessas quase quatro décadas.

Palavras-Chave: Território, Memórias, Documentos, Itaipu.

### Resumen

El pueblo guaraní Paranaense (ocupantes de las dos orillas del río Paraná entre el estado de Paraná (BR) y Alto Paraná/Canindeyu - PY) durante la década de 1970, en el punto culminante de la construcción de la central hidroléctrica Binacional Itaipu ubicada en la Foz del Iguaçu. Paraná y Hernandarias Paraguay, comenzaron a producir una serie de documentos dirigidos a Itaipu, la Fundación Nacional del Indio (Funai) y organismos internacionales que reclaman derechos territoriales. Los documentos de los guaraníes en la margen derecha del río se produjeron casi dos décadas después del cierre de las compuertas, también dirigidas a Itaipu y al Instituto Nacional Indio (INDI). A través del análisis de estos documentos y los registros de la memoria del pueblo guaraní, deseamos establecer una conexión entre las demandas presentadas y su cumplimiento, para saber en qué medida esta memoria está actualizada y cómo se garantizaron los derechos territoriales a lo largo de casi cuatro décadas.

Palabras claves: Territorio, Memoria, Documentos, Itaipu.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado durante o I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas - #Culturas, realizado de forma online, em outubro de 2019.

<sup>2</sup> Graduado História - América Latina/Unila, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil e-mail: [rafael.melo@aluno.unila.edu.br](mailto:rafael.melo@aluno.unila.edu.br)

<sup>3</sup> Doutor em História. Professor de História na Unila, Foz do Iguaçu, Paraná Brasil e-mail: [clovis.brighenti@unila.edu.br](mailto:clovis.brighenti@unila.edu.br)

### Abstract

The Guarani Paranaense people (occupants of the two banks of the Paraná River between the state of Paraná (BR) and Alto Paraná / Canindeyu - PY) during the 1970s, at the height of the construction of the Itaipu Binacional hydroelectric power plant located at the mouth of Iguaçu in the Paraná and Hernandarias Paraguay, began to produce a series of documents addressed to Itaipu, the National Indian Foundation (Funai) and international bodies demanding territorial rights. Guarani documents on the right bank of the river were produced almost two decades after the floodgates closed, also addressed to Itaipu and the Instituto Nacional del Indio (INDI). Through the analysis of these documents and the records of the memory of the Guarani people we want to establish a connection between the demands presented and their fulfillment, to know to what extent this memory is up to date and how territorial rights were guaranteed over these almost four decades.

Keywords: Territory, Memories, Documents, Itaipu.

## 1. Introdução

A construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional, resultado de um acordo celebrado entre o Brasil e Paraguai, em 1973, no rio Paraná entre os municípios de Hernandarias (PY) e Foz do Iguaçu (BR), foi gestado e realizado durante as ditaduras militares, tanto pelo Brasil como no Paraguai.

Como o propósito de levar o “progresso” para o interior do Brasil, como a Marcha para o Oeste no governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, foram atraídas famílias de colonos, fazendeiros, madeireiros e aventureiros para a região. Na década de 1970 a Itaipu agregou um elemento a novo nessa relação, o conceito de modernidade e progresso.

(...) o estado novo de Getúlio Vargas (1937-1945), criou um projeto político e um discurso cultural para dominar os grupos indígenas e seus territórios, os governantes do Brasil, durante muito tempo, enfrentaram o desafio de governar um país de dimensões continentais e populações diversas e multiétnicas. O Estado Novo – marcado por centralização política, acentuada intervenção na sociedade civil, crescimento econômico industrial e tendências nacionalistas – foi um importante divisor de águas nas relações entre o Estado e os povos indígenas, entre o centro político e a periferia. O regime Vargas implantou uma política de acumulação de capital, povoamento e integração nacional (...). (GARFIELD, 2011, p.11).

A Marcha para o Oeste foi um movimento que ocorreu em diferentes regiões, como no Oeste do estado do Paraná, nos estados de Goiás, Mato Grosso (e o atual Mato Grosso do Sul). Com a vinda das primeiras gerações de colonos surge uma série de problemas que iriam colocar em choque os colonos e as populações Guarani. Essa série de problemas estão relacionados com as questões territoriais, pois os Guarani não tinham “escrituras” sobre a terra que eles estavam localizados, ou seja, eram terras indígenas pela força da Lei 601/1850 e a Lei 6001/1973, mas para o Estado eram terras devolutas. O governo vendeu essas terras a preços irrisórios para empresas colonizadoras que as revendam a famílias de agricultores. Porém, a maior parcela de propriedades constituídas na região e resultado de grilagem.

A fim de justificar o esbulho territorial o Estado brasileiro criou o conceito de vazio demográfico, desde antes mesmo da Marcha, ou seja, para o Estado os indígenas não existiam, ou a forma de ocupação da terra pelos povos indígenas não era considerada pelo Estado. O conceito de vazio demográfico foi aplicado também com o território e o povo Xetá, ocupante de terras a noroeste do estado do Paraná, que foram expropriados e sofreram um processo de genocídio na década de 1940<sup>4</sup>.

Outra dimensão das tentativas de invisibilizar e justificar a desterritorialização dos Guarani foi considerá-los estrangeiros. Os Guarani foram considerados estrangeiros em sua própria terra, ou seja, os colonos que chegaram a região fizeram uso do conceito de estrangeirismo para explorar a mão de obra Guarani sem pagar os direitos trabalhistas. A nacionalidades dos Guarani foi posta em questão. Passaram a ser denominados de paraguaios.

Na etnografia é muito comum ouvir ou ver as seguintes expressões “são índios paraguaios”, “são estrangeiros” “vieram da Argentina” “vieram do Paraguai” (...) Percebe-se discursos equivocados e observações simplistas, pela ausência de uma análise mais apurada. Há, no entanto, uma análise de cunho político/ideológico, especialmente por parte do Estado, que destaca esta questão para negar-lhes ou reduzir-lhes os direitos, argumentando que, sendo estrangeiros, os direitos não serão os mesmos que dos brasileiros, especialmente quanto ao reconhecimento e a demarcação das terras que tradicionalmente ocupam. (BRIGHENTI, 2010, pp.163-164).

Os Guarani ficaram confinados em pequenos glebas de terra de menor interesse da agropecuária, no geral nas margens dos rios e riachos. Porém, na década de 1970 se instalou um novo projeto na região, a Itaipu Binacional. A nova empresa vai destruir justamente os últimos “redutos” ocupados pelos Guarani.

Se até a década de 1970 os povos indígenas não conseguiam ser ouvidos ou manifestarem-se pelo controle exercido pelo Estado embasado no regime tutelar, o cenário se modifica radicalmente a partir do final dos anos 1970. As assembleias indígenas iniciadas em 1974 e a participação ativa de setores da sociedade civil e intelectuais, irão alterar profundamente esse contexto. Os Guarani, empoderados, passam a exigir seus direitos e irão produzir documentos endereçados a diferentes instituições a fim falar de seus contextos e cobrar soluções.

## 2. Memória Guarani sobre o processo de esbulho territorial

É pela memória que os Guarani mantiveram vivo o processo de resistência às violações de seus direitos. Essa memória foi sendo compartilhada com as gerações futuras,

---

<sup>4</sup> Sobre o genocídio do povo Xetá indicamos a leitura do livro MOTA, FAUSTINO, 2018.

levando a criação de uma memória coletiva que manteve viva as recordações da violência sofrida pelas relações assimétricas estabelecidas no processo histórico, incorporando também, nas transmissões orais, as ações e mecanismos de lutas em defesa do território e do *Teko* (modo de ser, cultura Guarani). A memória propiciou o afastamento das propostas impostas pelo Estado, como a integração e as “benesses” do progresso.

Se Itaipu representava progresso para alguns setores da sociedade, para os Guarani ela simplesmente representou a última etapa da desterritorialização, a eliminação do território do *Paraná rembeípe* (margens do rio Paraná), destruindo também o habitat de diversas espécies animais e vegetais que eram elementos fundamentais da sobrevivência Guarani. Ao menos 19 *tekoha kuéri*<sup>5</sup> ficaram submersas devido ao fechamento das comportas de Itaipu Binacional, na margem esquerda do rio Paraná e 36 na margem direita. Mais do que fazer desaparecer as terras habitadas pelos Guarani a represa extinguiu o território, que tinha um significado ímpar para os Guarani, devido a singularidade da relação que estabeleciam com o rio Paraná. Na narrativa cosmológica dos Ava-Paranaenses, *Nhanderu* (nosso Deus) teria deixado o rio Paraná sob o cuidado dos Guarani. Consideravam-se os guardiães dessas terras e águas, que com seu grande volume das águas e movimentos de redemoinhos produziu as sete quedas e sons exuberantes, chamados genericamente de Itaipu, ou seja, o som das águas produzidos pelo encontro com as pedras. A obra da binacional destruiu também essa narrativa mítica e se apropriou indebitamente do conceito para fins de promoção econômica e social. A força do motivo foi reduzida a um produto extremamente rentável do ponto de vista econômico. Para os Guarani, além dos malefícios da desterritorialização, ficou a frustração de não terem tido a capacidade de cumprir com a incumbência a eles atribuída pelas divindades.

Esse desfecho ocorreu em ambas margens do rio, tanto com a desterritorialização com a indenização e mitificação dos impactos que deveria ter sido realizado pela binacional.

Los indígenas Ava Paranaenses sufrieron en forma directa el impacto producido por la construcción de la Represa de Itaipu Binacional. Fueron desplazados de su territorio tradicional, y reasentados en cuatro pequeñas áreas, de las cuales, la de mayor extensión, todavía no les fue adjudicada legalmente. Además, las condiciones ecológicas de los nuevos lugares son muy diferentes a su hábitat tradicional. (BARON, 2006, p.1).

Um conjunto de medidas adotadas pelo Estado justificavam a não existência dessa população na região. Quando os Guarani, com apoio de setores da sociedade começam a

---

<sup>5</sup> Tekoha é o lugar físico – incluindo terra, floresta, campos, cursos de água, plantas e remédios – onde o modo de vida dos povos indígenas Guarani se desenvolve. A terra é uma extensão dos povos indígenas e da sua fonte de vida. Citando as suas palavras: a terra são eles e elas, e eles e elas são a terra.

reivindicar direitos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) intervém para justificar que não se tratava de população Guarani, mas de indígenas integrados ou paraguaios.

Na tentativa de ratificar os procedimentos feitos pela articulação Funai-Itaipu, em meados de 1981, por indicação da presidência da Funai, a Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas (Agesp-Funai) enviou Horst à região. Em um único dia de visita à área Horst produziu um laudo concluindo que, das onze famílias Guarani que ainda viviam ali, somente cinco seriam indígenas e recomenda que sejam instalados em lotes individuais como “colonos”. Isto é, os índios seriam instalados como colonos e, posteriormente, o presidente da Funai Otávio Ferreira Lima sugere ainda à Itaipu que os indenizassem dessa forma e os transferissem para Rio das Cobras. A estratégia do Estado era explícita: não era suficiente expulsar os Guarani de suas terras, era essencial negar sua identidade indígena para coroar o processo e impedir, inclusive, reivindicações futuras. Salientamos que, devido à articulação entre os Guarani e entidades de indigenistas que os apoiavam (Cimi Sul e Anai), produziu-se outro laudo contestando Horst – produzido pelo antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia, Edgard de Assis Carvalho, existindo ainda, um laudo posterior, da própria Funai, elaborado por Rosane Cossich Furtado, que também contestou Horst. Ambos foram sumariamente ignorados (RCEV, 2017, p.244).

Os mecanismos adotados por Itaipu, em negar a existência do povo Guarani encontraram respaldo nos documentos produzidos pela Funai. O fato de que diversas famílias fugiram para outras regiões, dentre elas o Paraguai, a fim de se refugiar da opressão do governo Brasileiro, justificava a teoria de que não havia Guarani na região. Porém, algumas famílias permaneceram nas margens do rio Paraná e reivindicavam o direito coletivo as terras.

Após longas manifestações e disputas os Guarani conseguem finalmente ser reconhecidos, porém, não a partir dos direitos coletivos, e sim com camponeses. Mesmo assim, com os recursos provenientes da indenização conseguiram comprar uma terra ofertada pela própria empresa. Em 1982, pouco tempo antes do fechamento da comportas da represa, os Guarani são reassentados na nova terra. Para os Guarani era uma terra provisória até que fosse definida uma terra maior. O local reservado se constituiu quase que em sua totalidade numa Área de Preservação Permanente (APP) da binacional.

A nova terra era pequena, e com os passar dos anos a população fora aumentando, tanto pelo crescimento vegetativo, como pelo regresso de famílias que haviam fugido da região. É importante considerar que se antes do fechamento das comportas havia ao menos 19 tekoha na margem esquerda do rio Paraná, agora, com o lago formado, restou apenas uma, com pouco mais de 200 hectares de terra.

Com tudo, muitos problemas foram encontrados nessa nova localidade principalmente, o primeiro deles a insuficiência da terra para a população ali assentada; a proliferação de doenças causadas pela falta de água potável, no geral contaminada pelos dejetos animais e pelo uso intensivo de veneno pelo agronegócio que circunda toda a terra Guarani. É

importante considerar que poucos metros separam o *tekoha* das lavouras do agronegócio, com isso as doenças vindas pela utilização de agentes químicos eram (e são) frequentes, infectando tanto o lençol freático como o ar, atingindo pessoas, plantas e animais. Mesmo sem utilizar veneno em suas lavouras, toda a produção agrícola da comunidade bem como frutas e verduras são contaminadas pelo veneno, fazendo dos Guarani consumidores passivos do veneno alheio.



Figura 1 – Território do ocoy

Fonte: Base de dados a partir do Google Maps

A figura 1 dá uma mostra da localização da terra Guarani *Ocoy*, pequena faixa em forma de “V” destacada em cor rosa, com largura de 150 a 250 metros, entre o lago e a lavoura do agronegócio. Devido a declividade natural do solo formando uma microbacia, a chuva carrega todo o veneno em direção a aldeia.

Nos primeiros anos de ocupação no atual *Ocoy*, a comunidade foi atingida por um surto de malária, doença considerada extinta na região que ressurgiu com a água parada do

lago. A demora em tomar providências levou a propagação rápida atingindo quase todas as pessoas da comunidade.

### 3. Documentos do povo Guarani às autoridades

Os Guarani não sofreram calados. Em meados dos anos 1970 quando a notícia da hidrelétrica chega aos Guarani ocorre um esparramo, denominado por eles de *sarambi*. A insegurança com o significado da obra faz com que muitas famílias deixem a região. Porém, deve-se agregar a esse aspecto dois fatores fundamentais: a ação e a omissão do órgãos do Estado, tanto Inkra (expulsando) e Funai (se omitindo) foram responsável pelo *sarambi*; o segundo fator foi a ação de particulares, tanto não contratando mais a mão de obra dessa população, como expulsando-os com receio de ter que dividir as indenizações. As denúncias efetivas pelos Guarani começar a ter repercussão e encaminhamentos contínuos no final da década, porém nesse momento havia restado apenas o *Tekoha Ocoy/Jacutinga*.

Os Guarani fizeram uso da fala e da escrita para estabelecer comunicação com órgãos públicos, cobrando o respeito a seus direitos reconhecidos na Constituição Federal e no Estatuto do Índio (Lei 6001/73) e, levar as denúncias ao conhecimento da sociedade.

Estiveram diversas vezes na capital do estado, Curitiba, cobrando providencias da 4ª DR da Funai, que deveria atender a região. Porém, em anos posteriores encontramos documentos que comprovam o deslocamento dos líderes Guarani a capital federal, para tratar diretamente com o presidente do órgão indigenista.

Essas iniciativas são singulares e lograram efeitos positivos a comunidade, uma vez que demonstraram dominar os mecanismos legais e de comunicação do mundo dos brancos e fizeram usa dos instrumentos a eles garantidos, mesmo que até 1988 os indígenas ainda viviam sob o regime tutelar. A tutela, se convertia em mecanismos de controle e dominação dos povos indígenas conforme demonstrou Souza Lima (1995), porém, conforme analisou Brighenti (2012), o regime tutelar era aplicado em locais onde haviam potencias de recursos econômicos a serem explorados. Nesses casos a tutela era a grande medida para manter os indígenas calados enquanto o órgão indigenista e seus servidores se beneficiavam das riquezas das terras indígenas e de sua mão de obra.

## Índios vão exigir área à Itaipu

Três índios Guaranis, representam 13 famílias de Barra do Ocoí que terão suas terras alagadas no próximo ano pelo reservatório da hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná, reuniram-se ontem em Curitiba com o delegado regional da Funai, Harry Luis Telles, reivindicando respeito pelos seus direitos. Da reunião participaram ainda a Associação Nacional de Apoio ao Índio, Cimi e Comissão de Justiça e Paz que apresentaram por escrito um relatório da situação.

O delegado Harry Luis Telles, que alegou desconhecer a existência de índios na região a ser alagada, informou que enviará um relatório à direção do órgão em Brasília, sugerindo a instalação de uma comissão técnica para elaborar o laudo antropológico das 13 famílias e da área, calculada em 1530 hectares, por elas ocupada.

Segundo o delegado, a Funai tinha informações de que os moradores da Barra do Ocoí não eram indígenas. "Agora - acrescentou - há necessidade de a área ser reconhecida como indígena para que a Funai possa tutelar seus ocupantes e acompanhar o processo de reassentamento."

Os índios explicaram ao delegado da Funai que desejam outras terras em troca da área a ser inundada e rejeitaram de imediato a idéia de serem transferido para alguma reserva.

O índio Cecílio Gomes, de 27 anos, disse desconhecer até agora a existência da Funai, argumentou que as reservas já não tem mais lugar para elas. Ele informou que todas as famílias de Barra do Ocoí, situado a dois quilômetros de Porto Irene, falam Guarani e são índios. "Meus pais nasceram e morreram naquela terra", lembrou.

Segundo o Cimi, em 1979, a Funai transferiu algumas famílias do Ocoí para a reserva de Rio das Cobras, mas algumas retornaram à área e outras foram trabalhar em fazendas. Isto porque os Guaranis de Rio das Cobras são do grupo Mbya, e os da terra do Ocoí são do grupo Xiripa. Ainda segundo o relatório entregue a Funai, de acordo com recortes de jornais da época, o Incra em 1976 - dematou a região e queimou a casa dos índios demarcando uma área destinada ao Projeto Ocoí, onde foram morar os colonos que residiam no Parque Nacional do Iguazú, desapropriado pelo Incra.

No total, estima-se que moravam 84 índios em Barra do Ocoí, restando agora apenas as 13 famílias. As entidades de apoio ao índio, contudo, reivindicam à Funai que os índios que deixaram a área também recebam o mesmo tratamento que o órgão deverá dar às 13 famílias.

(O Estado de São Paulo, 24/03/ 81)

Figura 2 – Notícias de reunião dos líderes Guarani com a 4ª DR Funai

Fonte: Jornal O Estado de SP apud CIMI SUL, 1982

A imprensa foi bastante usada pelos Guarani para divulgar o contexto vivido, repercutindo nacionalmente o acontecimento regional. Essa postura, ajudou a modificar a posição da binacional e da Funai com relação aos Guarani. Porém, é importante considerar que a imprensa estava controlada pelo regime militar, embora os indígenas, eram ainda considerados uma não ameaça concreta ao regime e em alguns momentos encontramos posicionamentos da imprensa na defesa de seus direitos.

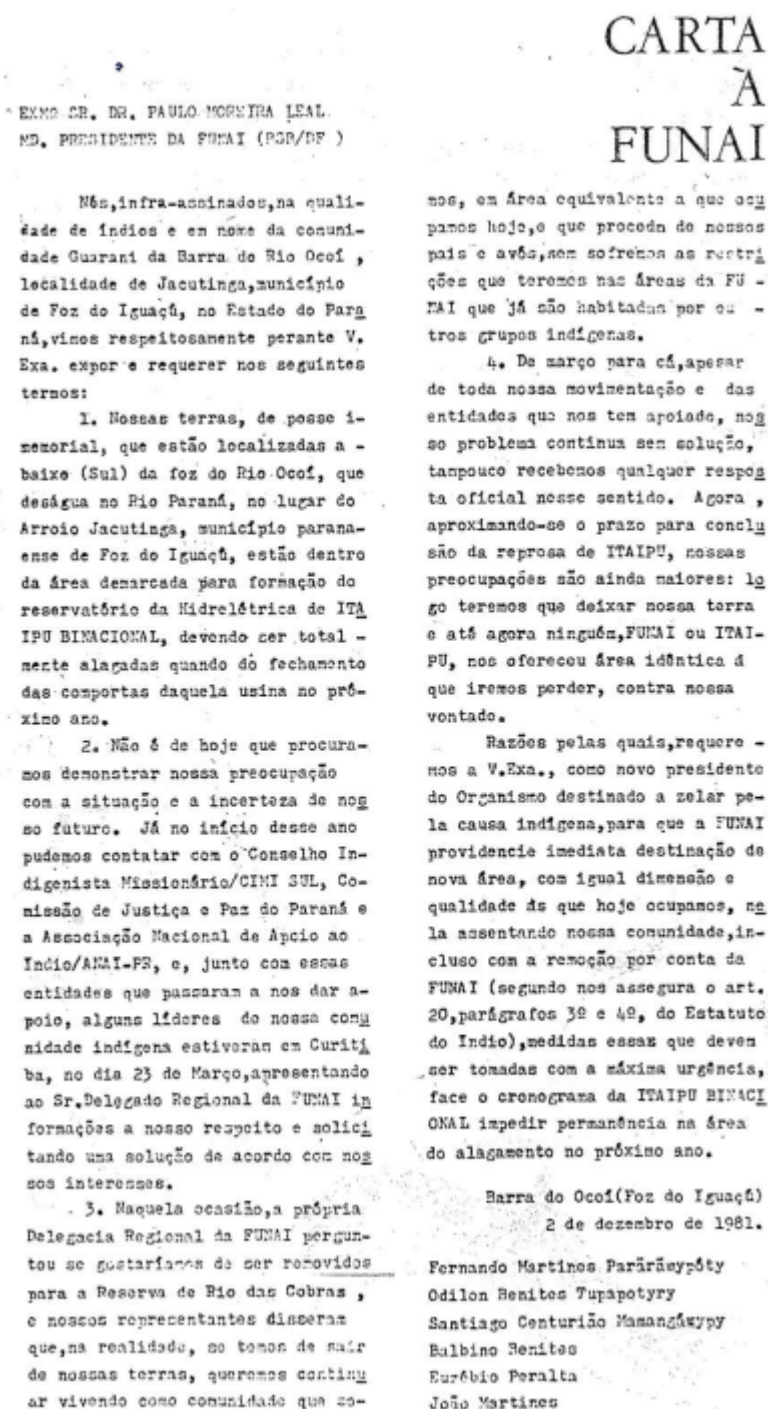


Figura 3 – Documento Guarani ao presidente da Funai

Fonte: CIMI SUL, 1982

Os documentos e as manifestações tinham dois propósitos, relatar o que estava acontecendo sobre seu território e com as famílias que estavam sendo expulsas para dar lugar a formação do lago e, cobrar posicionamento dos órgãos responsáveis além de buscar apoio da sociedade.

Após a construção da Hidrelétrica e a transferência para o atual Ocoy há um momento em que a comunidade busca organizar-se internamente, retomar a rotina da vida diária, ao mesmo tempo que esperam a solução definitiva de Itaipu, com a promessa da reparação as comunidades. O fechamento das comportas expõe o tamanho exato da terra que restara aos Guarani, as doenças que se avolumavam ao mesmo tempo em que o aumento populacional torna a terra extremamente insuficiente. Em 1996 os Guarani iniciam um processo de cobrança dos direitos e das promessas da binacional. Ao não serem ouvidos, enviam documento ao Banco Mundial, por tratar-se do órgão financiador do empreendimento.

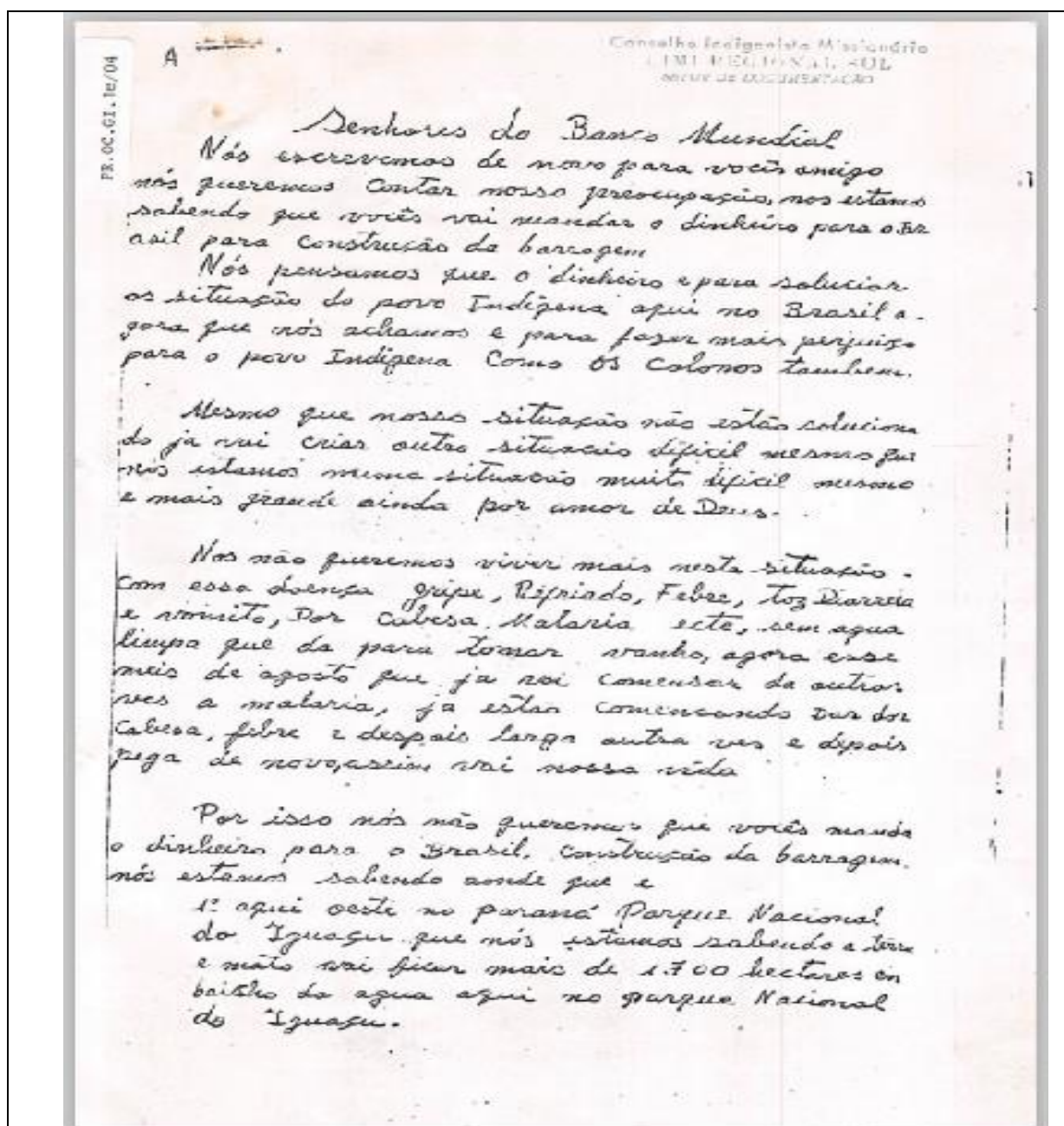


Figura 4 – Fragmento do documento ao Banco Mundial

Fonte: Acervo do laboratório de História Indígena

Os documentos registram as vivências Guarani e conseqüentemente as experiências dos mesmos sobre as perdas territoriais devido a construção da represa. O Banco Mundial envia uma “missão” a região para investigar o caso, a produz um relatório com recomendações a Itaipu e Funai.

Também buscam o apoio e atuação do Ministério Público Federal (MPF), que a partir de 5 de outubro de 1988, com a aprovação da Constituição Federal tem como dever legal defender os direitos indígenas. O convite ao MPF deve ser analisado no novo contexto, tanto do marco conceitual dos direitos indígenas, como do empoderamento da comunidade Guarani, quando se sentem em condições de convidar defensores à comunidade.

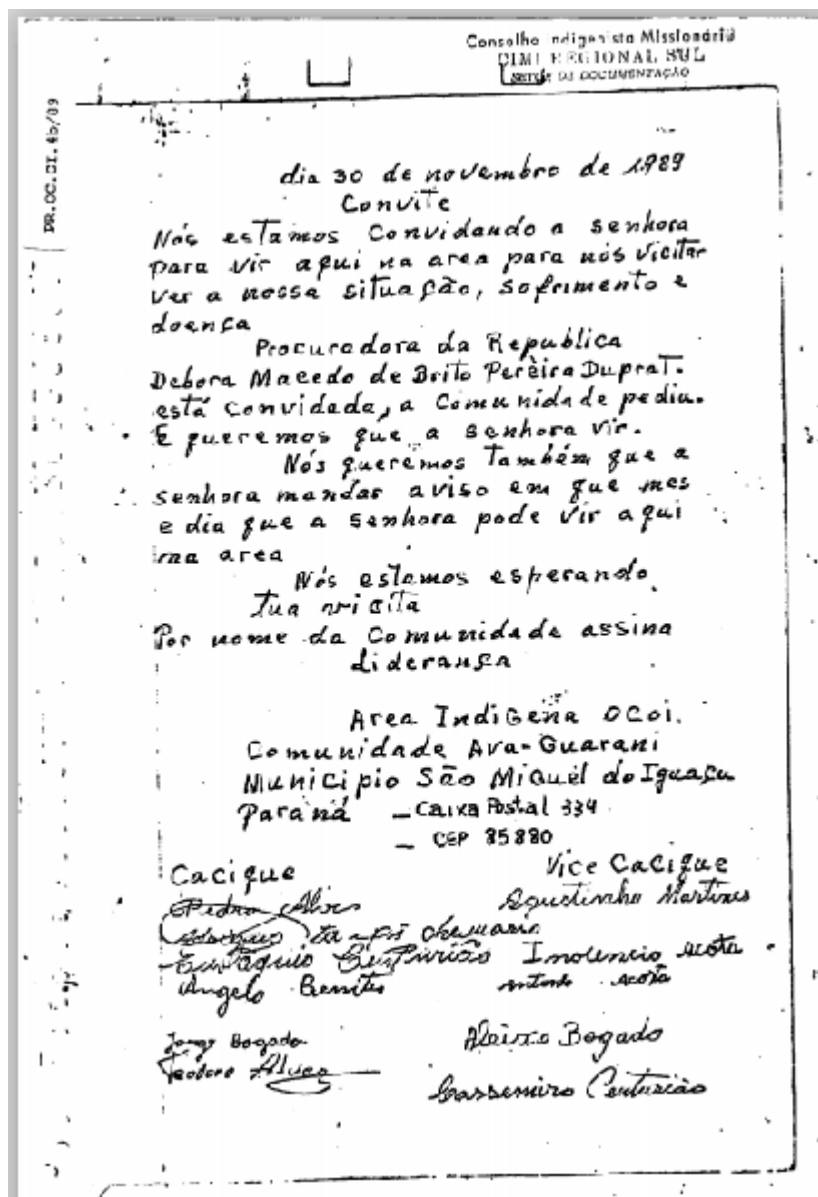


Figura 5 – Convite à procuradora geral da República Debora Pereira Duprat

Fonte: Acervo do laboratório de História Indígena

Encontramos também diversos outros relatos e documentos produzidos pelos Guarani em conjunto com os colaboradores, denunciando e relatando os acontecimentos. Estes documentos criaram uma nova versão da história, desconstruindo a memória oficial criada pela binacional.

### 3. Conclusões

Os documentos foram chegando a inúmeros lugares, mobilizaram pessoas e instituições e gestaram um novo cenário. Os Guarani, de “passivos” e tutelados passar à voz ativa e exercem o protagonismo imanente a sua constituição sociocultural e, prevista na legislação brasileira pós-88. Conseguiram aglutinar em torno de si o apoio de pessoas e instituição de defesa dos direitos indígenas. Itaipu e Funai, certos de que não seriam questionados em seus encaminhamentos, mesmo que ilegais, viram-se obrigados a adotar novas medidas. Em contexto de governos de exceção, a possibilidade de assentamento, mesmo que em condições não ideais, foi uma grande vitória para o povo Guarani, que em anos posteriores conseguiram a compra de uma área pela binacional e outra pela Funai.

As terras adquiridas até o momento não são suficientes para contemplar toda a população, mas é uma sinalização de que o esforço empreendido pelos Guarani ao longo de mais de duas décadas (1978 a 2000) logrou sucesso. Se antes do fechamento das comportas havia ao menos 19 *tekoha kuéra*, no momento presente há apenas 3 (três) *tekoha kuéra* regularizados e outros 21 em processo de reconhecimento. Se demarcar todas as terras atualmente ocupadas, estaríamos no mesmo patamar do início da década de 1970.

O que importa nesse artigo, é perceber como os Guarani fizeram uso da escrita para denunciar os crimes cometidos pelo Estado e pedir providências. Ao longo da história os povos indígenas foram se apropriando da escrita, não por sua necessidade interna, mas por perceber nela um importante instrumento de comunicação com o mundo externo, dos *Jurua Kuéra*. Essa constatação corrobora com as análises de Almeida (ALMEIDA, 2010) ao confirmar que os indígenas foram sujeitos do processo e não meros coadjuvantes. Evidentemente que em momentos que a tutela era parte da política indigenista, os povos indígenas pouco podiam, porém com o reconhecimento da organização social, a partir da CF de 1988, um novo cenário se vislumbra, permitindo a livre manifestação desses povos. Sendo assim, é importante considerarmos nas produções acadêmicas, o protagonismo dos povos indígenas.

## Referências

- ALMEIDA, Maria R. Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BARÓN, Beatris Irene. *Impacto de la Itaipu binacional sobre la etnia ava guarani paranaenses*. 2006. 1 v. Tese (mestrado) -curso de ciencias ambientales y desarrollo sustentable, Ciencias Ambientales, Universidad técnica de comercialización y Desarrollo, Ciudad del Est, 2006.
- BRIGHENTI, C.A. *O movimento indígena no Oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese, 564 pg. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História –Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Estrangeiros na própria terra: Presença Guarani e Estados Nacionais*. Chapecó/Florianópolis: Argos; Editora da Ufsc, 2010. 284p
- CEV. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *Relatório / Comissão Estadual da Verdade*. - Curitiba: CEV, 2017.
- CIMI SUL. *Boletim Luta Indígena*. Xanxerê, n 16, 1982.
- GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: Política indigenista, a marcha para o oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editoria Unesp, 2011. 416 p.
- CUNHA, Manuela C. da. Política Indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992.
- MOTA, Lúcio Tadeu. FAUSTINO, Rosângela Célia. *O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados - PR: acervo documental 1948 a 1967*. Maringá: Eduem, 2018.
- PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- RCEV. RELATÓRIO. Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban – São Paulo*: TikiBooks, 2017. Vol. 2; 432 p
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de (Org.). *Os avá-Guarani no oeste do Paraná: (re)existência em tekoha guasu guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016. 432 p.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 201-215.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- TOMAZI, Nelson Dacio. *"Norte do Paraná" História e Fantasmagorias*. 1997. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20DACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987. 218 p.